



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI
Nº 115 /2021

PROC.	_____
FOLHA:	04
ASS:	lyll

“Dispõe sobre o disciplinamento do Conselho Municipal de Saúde – COMUS, e dá outras providências.”

FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

Da Instituição, Definição e Objetivos

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Saúde, de caráter permanente, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, constitui-se num órgão colegiado máximo, de composição paritária de usuários, em relação ao conjunto dos demais segmentos representados por trabalhadores da área da saúde, pelo governo e por prestadores de serviços de saúde privados, com ou sem fins lucrativos, conforme estabelecem o Artigo 180 da Lei Orgânica do Município, os Artigos 194, VII, e 198 da Constituição Federal, e o Artigo 221 da Constituição do Estado de São Paulo. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

§ 1º - A paridade do Conselho Municipal de Saúde se dará na seguinte proporção:

- a) 50% de entidades de usuários;
- b) 25% de entidades de trabalhadores de saúde;
- c) 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados, com ou sem fins lucrativos. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

§ 2º - A representação de órgãos ou entidades no Conselho Municipal de Saúde tem como critério a representatividade, a abrangência e complementaridade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião.

§ 3º - O plenário do Conselho Municipal de Saúde deliberará sobre as propostas de alterações na composição do Conselho.

Capítulo II
Das Atribuições e Competências

PROC.	_____
FOLHA:	05
ASS.	<i>[assinatura]</i>

Artigo 2º - Respeitadas as competências de iniciativa do Poder Público, compete ao Conselho Municipal de Saúde: (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

I - Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de saúde procedendo, inclusive, a revisão periódica do Plano Municipal de Saúde, e ainda, analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros;

II - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde, no âmbito do município deliberando sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estadual e Municipal;

III - Propor critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados integrantes do sistema único de saúde do Município;

IV - Exercer a fiscalização da movimentação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, da aplicação dos recursos, bem como apreciar a prestação de contas quadrimestral apresentada pelo mesmo; (Redação alterada na 230ª Reunião Ordinária do COMUS, em 14 de novembro de 2017, Resolução COMUS nº 047/2017)

V - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno e suas normas de funcionamento;

VI - Encaminhar todas as suas resoluções, para divulgação na imprensa oficial do município;

VII - Organizar e realizar, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, a Conferência Municipal de Saúde, em conformidade com o calendário editado pelo Ministério da Saúde. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

VIII - Fortalecer os Conselhos Gestores de Unidade de Saúde criados nos moldes do Conselho Municipal de Saúde, com caráter consultivo e fiscalizador do Sistema Municipal de Saúde;

IX - Instituir, onde se fizerem necessários, os Conselhos Gestores de Unidades de saúde, conforme inciso anterior.

Parágrafo único - A Conferência Municipal de Saúde contará com representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde, propor diretrizes à formulação da Política de Saúde do Município e eleger os membros do Conselho Municipal de Saúde representantes da sociedade civil, sendo convocada pelo Poder Executivo, ou extraordinariamente, por este ou pelo Conselho Municipal de Saúde.

Capítulo III

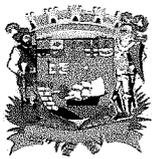
Da Composição, Organização e Gestão

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Saúde será composto 20 (vinte) membros, dos quais 04 (quatro) indicados pelo Governo, 01(um) pelo Prestador de Serviços de Saúde, 05 (cinco) pelos Profissionais da Área da Saúde e 10 (dez) pelos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), obedecendo a seguinte divisão: (Redação alterada na 230ª Reunião Ordinária do COMUS, em 14 de novembro de 2017, Resolução COMUS nº 047/2017)

I - Dos Órgãos do Governo:

a) 04 (quatro) representantes (Titular e Suplente) da Administração Direta e/ou Indireta indicados, por meio de Ofício, pelo Chefe do Poder Executivo.

b) 01 (um) representante (Titular e Suplente) de entidades prestadoras de serviços de saúde privados, com ou sem fins lucrativos, tendo preferências as entidades filantrópicas.



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



PROC.	_____
FOLHA:	07
ASS.	<i>[Assinatura]</i>

II - Dos Órgãos ou Entidades dos Trabalhadores de Saúde:

a) 02 (dois) representantes (Titular e Suplente) dos profissionais/trabalhadores públicos da área da saúde, tendo preferência os trabalhadores eleitos para os Conselhos Gestores das Unidades (CGU).

b) 02 (dois) representantes (Titular e Suplente) de entidades sindicais federações, associações profissionais, conselhos de profissões regulamentadas, obedecendo as instâncias federativas, de profissionais e trabalhadores da área de saúde sediadas e atuantes no Município; (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

c) 01 (um) representante (Titular e Suplente) dos profissionais/trabalhadores em entidades prestadoras de serviços de saúde privados, com ou sem fins lucrativos, tendo preferência os trabalhadores eleitos pelas entidades filantrópicas.

Parágrafo único - Os representantes dos órgãos ou entidades dos trabalhadores de saúde deverão ser eleitos ou indicados em Assembleia pelos seus pares, a depender de previsão estatutária, cujos nomes serão enviados ao COMUS, por meio de ofício, assinado pelo seu representante legal.

III – Dos representantes dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS):

a) 10 (dez) representantes (Titular e suplente) de entidades, associações, organizações e movimentos sociais e populares organizados e dos usuários eleitos para os Conselhos Gestores das Unidades (CGU).

§ 1º - Fica garantida a participação dos aposentados e da população indígena, nos termos das leis vigentes.

§ 2º - Cada membro titular do Conselho Municipal terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

§ 3º - Para garantir a legitimidade de representação paritária dos usuários, é vedada a escolha de representantes dos usuários que tenham vínculo, dependência econômica ou comunhão de



GABINETE DO
PREFEITO

PROC...
FOLHA: 08
CLASS. 12/11
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



interesse com quaisquer dos representantes dos demais segmentos integrantes do Conselho.
(Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

§ 4º - Para garantir a paridade prevista no caput do artigo 1º, os representantes indicados pelas entidades sindicais, federações, associações profissionais, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, sediados no Município deverão ser, obrigatoriamente, de profissionais/trabalhadores de saúde.

§ 5º - Entende-se por organização, instituição, entidade, associação comunitária, movimentos, a união da sociedade civil devidamente organizada e constituída, cujos estatutos sociais e prática corrente tenham no bem estar do usuário sua ênfase na área de saúde e estejam voltados para grupos específicos de interesse, dentre os quais, idosos, mulheres, índios, pescadores, associações de moradores, pastorais, afro-brasileiros, ambientalistas, minorias étnicas e sexuais, pessoas com deficiências, entre outros. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

§ 6º - A Entidade e Associação Comunitária cuja atuação, estatutariamente, tenha abrangência municipal só poderá se inscrever para participar do processo eleitoral correspondente a uma única região geográfica.

§ 7º - A distribuição geográfica compreendida pela Região Norte (entre o Bairro Cigarras e o Bairro Canto do mar), Região Central (entre o bairro São Francisco e o Bairro Barequeçaba e Região Sul (entre o Bairro Guaecá e o Bairro Boracéia) deverá ser respeitada quando do processo eleitoral, caso haja número suficiente para a eleição de entidades, objetivando uma participação democrática. (Redação alterada na 230ª Reunião Ordinária do COMUS, em 14 de novembro de 2017, Resolução COMUS nº 047/2017)

§ 8º - A validade da escolha dos trabalhadores a que se refere o parágrafo anterior será tratada no regimento interno deste Conselho Municipal de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

§ 9º - Fica vedada a escolha de representante de entidade ou movimento, já com assento, no mesmo segmento, no Conselho, para um mesmo mandato, representar outro movimento ou entidade.

Artigo 4º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados por Decreto pelo Prefeito Municipal.

Artigo 5º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde terá duração de 02 (dois) anos e seus membros poderão ser reconduzidos por mais um mandato consecutivo, desde que suas indicações sejam referendadas pelas entidades que representam, habilitando-os a participar do processo eleitoral. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

Parágrafo único - No caso de não haver entidades suficientes aptas à concorrência do novo mandato eletivo, nos termos do Regimento Interno, aquelas que já compunham o Conselho poderão concorrer a novo mandato, mesmo ultrapassando o prazo de que trata o caput.

Artigo 6º - Somente serão admitidas para fim de participação no Conselho Municipal de Saúde, as entidades civis juridicamente constituídas, com 02 (dois) anos de registro em cartório e efetivo funcionamento comprovado através de relatório das atividades desenvolvidas no referido período.

Artigo 7º - Os membros que compõem o Conselho Municipal de Saúde deverão observar, obrigatoriamente, as normativas do Ministério da Saúde, enquanto órgão regulamentador do Sistema Único de Saúde e, subsidiariamente, as demais normas estabelecidas pelas esferas estadual e municipal, desde que não conflitem com as estabelecidas pelo ente federal, além das seguintes disposições: (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

I - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões e ações específicas do Conselho de Saúde;

II - Os membros do Conselho Municipal de Saúde poderão ser substituídos, mediante solicitação das entidades que o indicaram;

III - A atuação dos Conselheiros será definida no Regimento Interno deste Conselho Municipal de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

IV - As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em Resoluções.

V - Os membros do Conselho que em ano eleitoral municipal forem participar das eleições, deverão se afastar com 6 (seis) meses de antecedência para que não prejudiquem os andamentos deste. (Redação alterada na 230ª Reunião Ordinária do COMUS, em 14 de novembro de 2017, Resolução COMUS nº 047/2017)

Capítulo IV **Da Estrutura**

Artigo 8º - O Conselho Municipal de Saúde é órgão integrante do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 9º - O Conselho Municipal de Saúde é constituído de um Colegiado Pleno, integrado por todos os Conselheiros, e terá uma secretaria executiva.

Parágrafo único - A Secretaria Executiva terá sua composição e atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 10 - O Presidente do Conselho Municipal de Saúde será eleito por seus membros efetivos em reunião convocada para esse fim, não devendo a autoridade máxima da direção do SUS, acumular o exercício de presidente do Conselho de Saúde, a fim de privilegiar o princípio da segregação das funções de execução e fiscalização da Administração Pública.

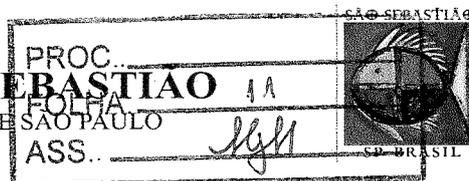
Capítulo V **Do Funcionamento**

Artigo 11 - Serão constituídas Comissões Consultivas eleitas pelos membros conselheiros, com a função de subsidiar nas questões financeiras, jurídicas e outras pertinentes à área de atuação do Conselho Municipal de Saúde.



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



Artigo 12 - O Conselho Municipal de Saúde terá seu funcionamento regulado pelo Regimento Interno próprio, a ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Parágrafo único - Havendo alterações na presente aplicar-se-á o prazo previsto no *caput* para adequação do Regimento Interno.

Artigo 13 - O Conselho Municipal de Saúde se reunirá em sessões plenárias de deliberação, realizadas ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado, nos termos do Regimento Interno. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

Artigo 14 - Todas as sessões do Conselho Municipal de Saúde serão públicas e precedidas de divulgação.

Capítulo VI

Do Processo Eleitoral

Artigo 15 - O processo eleitoral visa eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde, representantes dos prestadores de serviços, dos profissionais/trabalhadores de saúde e dos usuários do SUS.

§ 1º - A composição do Conselho Municipal de Saúde – COMUS, para cada novo mandato, se consignará com a formalização junto à Plenária, dos nomes dos representantes dos segmentos concorrentes escolhidos dentre todos os postulantes previamente inscritos, em reunião plenária convocada especificamente para este fim. (Redação dada pela Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2019)

§ 2º - A O Conselho Municipal de Saúde manterá arquivo atualizado das entidades que preencham os requisitos necessários para habilitação no processo eleitoral e consequente participação no Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º - A eleição se dará em plenária específica do COMUS e será regulamentada por Regimento Interno deste e, em até 60 dias antes do pleito.



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

ASS.: *[Handwritten Signature]*



Artigo 16 - As entidades que forem se candidatar deverão apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

I - Cópia do Estatuto Social devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

II - Cópia da Ata de Eleição e Posse da diretoria em exercício;

III - Ata da reunião da diretoria com a indicação do delegado e respectivo suplente que representarão a entidade, subscrito pelo seu representante legal;

IV - Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos 2 (dois) anos;

V - Ofício de indicação de membros (titular e suplente). (Redação alterada na 230ª Reunião Ordinária do COMUS, em 14 de novembro de 2017, Resolução COMUS nº 047/2017)

§ 1º - Os representantes das entidades concorrentes deverão residir ou ao menos comprovar possuir domicílio profissional no Município de São Sebastião.

§ 2º - As entidades concorrentes deverão especificar a opção pela região do município que pretendem representar.

Capítulo VII

Das Disposições finais

Artigo 17 - Esta Lei não prejudica a competência de outros conselhos municipais instituídos, resguardando-se ao Conselho Municipal de Saúde as decisões finais da área da Saúde, em última instância.

Artigo 18 - Fica o Chefe do Executivo encarregado de dar ciência desta Lei às entidades envolvidas.



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



Artigo 19 - As despesas oriundas da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento corrente, suplementadas se necessário.

Artigo 20 - Ficam revogadas as Leis nº 1195/97, 1430/00, 1512/01, 1590/02, 1828/06, 1990/2009, 2404/2016, 2578/2018 e 2669/19.

Artigo 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de dezembro de 2021.

São Sebastião, 13 de dezembro de 2021.



FELIPE AUGUSTO
Prefeito Municipal de São Sebastião

PROC.: _____
FOLHA: 13 verso
ASS.: [Signature]

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

o requerimento de urgência

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

14 / 12 / 21

PRESIDENTE

[Signature]

o projeto de lei da mesma sessão
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

14 / 12 / 21

PRESIDENTE

[Signature]

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR maioria 9x2 DE VOTOS

o parecer

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

14 / 12 / 21

PRESIDENTE

[Signature]

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR maioria 8x3 DE VOTOS

o projeto

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

14 / 12 / 21

PRESIDENTE

[Signature]

A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Para o parecer
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

14 / 12 / 21

PRESIDENTE

[Signature]

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SAÚDE PROMOÇÃO SOCIAL

Para o parecer
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

14 / 12 / 21

PRESIDENTE

[Signature]

A SANÇÃO
Em 14 / 12 / 21
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS
PRESIDENTE

[Signature]